

Casa e sociedade: representações em Senhora

Carmen da Matta*

RESUMO

A casa norteia a releitura de Senhora, de José de Alencar, neste trabalho. Pelas redes da intimidade, busca-se detectar imagens ficcionais que possam representar algumas questões da sociedade brasileira presentes nessa ficção ambientada na cidade do Rio de Janeiro, durante o Segundo Reinado. A casa funciona como elemento de estruturação do enredo e propicia a elucidação de uma relevante visão de ideário nacional enunciada pelo romancista.

Palavras-chave: casa; romance; privado/público.

SUMMARY

The house on this paper orients the rereading of the novel Senhora, by José de Alencar. By the networks of intimacy, it searches to detect fictional images which could represent some questions of the Brazilian society present in this fiction which occur in the city of Rio de Janeiro, in the reign of Dom Pedro II. The house functions as an element of the plot structuring and favors the elucidation of a relevant vision of the national set of ideas as proposed by the novelist.

Keywords: house; novel; public/private.

RESUMEN

La casa orienta en este ensayo una nueva lectura de la novela Senhora, de José de Alencar. Por las redes de la intimidad, se busca dar a conocer imágenes ficcionales que puedan representar algunas cuestiones de la sociedad brasileña presentes en este relato, pasado en la ciudad de Río de Janeiro en el reino del emperador Don Pedro II. La casa actúa como elemento de estructuración de las tramas y propicia la puesta en claro de una significativa visión del ideario nacional, enunciada por el novelista.

Palabras-llave: casa; novela; privado/público.

Como Senhora representou a sociedade preconizada por José de Alencar é a questão que nos move. Como as vinculações de âmbito privado, a família e o casamento transformaram-se em núcleos dramatizados pelo referido romance, estruturando e dando coerência aos enredos, configura o cerne de nossa curiosidade.

Nessa ficção de Alencar, as casas apresentam-se como cenários privilegiados das relações entre os indivíduos de uma cultura, num dado tempo e lugar: a segunda metade do século XIX e a sociedade fluminense. Dentro desses cenários, tem-se a vida cotidiana gerida pela política do eu. Nesse espaço privado, o indivíduo refugia-se, volta-se para seus particularismos, para os entes próximos que o protegem da exposição mundana e orientam suas ações públicas. Os atores principais são os membros do núcleo familiar e a parentela com laços de sangue, e os secundários, os amigos, os agregados e os escravos, conforme as terminologias de Roberto Schwarz.

Por meio das representações da vida privada podem ser evidenciadas relações que se passam dentro do espaço micro e que trazem indicadores abrangentes, levando ao conhecimento de aspectos sócio-culturais determinantes no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e que deram sustentação ao discurso literário.

A casa, por ser o lugar mais significativo da privacidade, recebe, de um lado, o sentido metafórico aristotélico: as vinculações entre a casa literária e a realidade social são feitas por analogia. Ela é desviada de sua noção palpável, assumindo um papel figurativo no qual a imitação se impõe; é metaforizada para exercer o efeito de estranhamento sobre a reali-

dade objetiva, porque estamos falando primordialmente de literatura. Por outro lado, para relativizar o efeito enigmático causado pelos sentidos metafóricos, a casa é tomada como mônada, de acordo com o conceito benjaminiano. Neste caso, a casa é vista como fragmento de uma totalidade e, para o nosso interesse, como particularidade essencial do espaço público, para que sejam feitas relações de semelhanças, isto é, de possibilidades, entre o mundo interno e o mundo externo literariamente figurados.

Casa e romance

O interesse pela casa como instrumento de compreensão das questões sócio-culturais brasileiras não é novo: na década de 1930, Gilberto Freyre constrói sobre o tema uma das mais importantes alegorias do Brasil, que é Casa-Grande & Senzala. A história social da família colonial brasileira chega aos estudos sociológicos pelo olhar sobre o privado.

Resultante da “civilização patriarcal”, a casa-grande é condicionada por um sistema econômico baseado na monocultura latifundiária implantada pelos portugueses. Tem-se o predomínio do patriarcado rural, marcado pela pequena presença da mulher branca, o que levou a uma miscigenação problemática entre os europeus e as raças indígenas que aqui se encontravam e, posteriormente, com as africanas escravizadas - a força de trabalho que garantiu o sucesso do modelo. Segundo Freyre, esse sistema sobreviveu por mais de três séculos por ter conseguido promover uma “acomodação de antagonismos” de raça, classe e religião, pela ação dominadora da figura do senhor de engenho: “A força concentrou-se nas mãos dos senhores

rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal." (Freyre, 1996, p.lvii)

O sistema da casa-grande começa a declinar em fins do século XVIII e ao longo do século XIX, como observa Freyre em Sobrados e mucambos. O patriarcalismo rural prolonga-se para um patriarcado menos severo, exercido, agora, nos sobrados urbanos, nas cidades que esboçam sinais de industrialização. O sistema anterior se quebra, trazendo novas formas de subordinação, novos antagonismos sociais entre ricos e pobres, brancos e negros, sobrados e mucambos, conseqüências dos desajustes econômicos de uma sociedade que continuava dominada por senhores, homens e brancos.

Para Freyre, a mesma arrogância da casa-grande é trazida para os sobrados, que agora estendem seu poder também para as ruas, jardins e praças; os lugares públicos, além dos escravos da senzala, também passaram a ser "servos" dos senhores dos sobrados. Houve, então, necessidade de intervenção dos governos para limitar os abusos do particular e da casa sobre o público, visando democratizar as áreas coletivas. Com isso, a rua vai gradativamente triunfar sobre a casa. Porém, "mesmo desprestigiada pela rua e diminuída nas funções patriarcais (...) a casa do século XIX continuou a influir, como nenhuma dessas forças, sobre a formação social do brasileiro e da cidade", um brasileiro que "gosta da rua, mas a sombra da casa o acompanha". (Freyre, 1990, p.xlv-xlvi)

O romance nacional surge juntamente com os sobrados, na primeira metade do século XIX. É a via estética que representará melhor nosso solo social, depois de um longo domínio da poesia, que amainou excessivamente nossas contradições. Assim, a ambientação histórico-social de Senhora ajusta-se ao panorama de Sobrados e mucambos.

Roberto DaMatta em *A casa e a rua* dá continuidade a este prisma do pensamento de Freyre. Tanto a casa quanto a rua são consideradas categorias sociológicas definidoras da identidade brasileira. Estão praticamente despojadas de sua designação geográfica ou de coisa física, afirma o autor, por serem "acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, música

e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas." (1997, p.15) A literatura brasileira com certeza absorveu muitas molduras de casa com imagens da nossa nacionalidade, no que ela tem de mais singular.

Além dos estudos citados, a produção mais recente sobre a vida privada favorece uma revisita ao gênero romanesco. A História da vida privada européia, organizada por Michelle Perrot (1990), e a sua correlata no Brasil, organizada por Fernando Novaes (1997), fornecem dados importantes sobre os grupos fechados, a ideologia que os alicerçou, já que, segundo os ensaístas dessas coletâneas, o século XIX foi a idade de ouro do privado. As fontes dessas historiografias são papéis cartoriais, documentos institucionais, escritas de diários e também o romance oitocentista.

O romance é, desse modo, uma fonte de conhecimento da intimidade das sociedades. Conhecimento que pode no máximo indicar algumas formas de comportamento e a percepção de alguns valores, mas que não alcança revelar toda a grandeza da vida íntima, repleta de lacunas, presa a um jogo que mostra ao mesmo tempo que esconde, porque é regulada pela subjetividade - cindida, ambivalente, plural.

A intimidade das sociedades é pesquisada pelos historiadores para que se encontrem novos indícios sobre o passado. As visadas historiográficas das últimas décadas rompem com a perpetuação de procedimentos que não fornecem mais explicações para as radicais transformações que ocorrem no presente globalizado e procuram nas brechas da história teleológica, factual e causal uma desconstrução da episteme dessa história totalizante - e totalitária. O romance oitocentista, insistem os historiadores, contribui para essa revisão.

O público e o privado

As noções de público e privado fundamentam-se em *O declínio do homem público*, de Richard Sennett, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Adota-se o sentido moderno das categorias proposto por Sennett, mais recentemente, e por Holanda, na década de 1930. Secularismo, Estado nacional, burguesia cosmopolita, burocracia, capitalismo industrial, lucro, produção em massa, cientificismo, etnocentrismo, historicismo, urbanidade, grupos sociais complexos, só para citar

alguns sinalizadores delimitam o público. Em concorrência simultânea, há o privado: a família, de valor moral elevado, impõe a ordem e a autoridade, assumindo um estatuto superior. São duas forças em jogo: a pública, que regula e contraditoriamente viola a moral; que fiscaliza e rompe com as leis de respeitabilidade; e a privada, que serve de refúgio para a individualidade, que cria um "sistema de representação pessoal" para o exercício no público, que educa os homens para viver em sociedade, estabelecendo uma ética sólida, que não seja superada facilmente pelas contradições da moralidade.

A ética, que atua individualmente, e a moral, que age coletivamente, deixam o homem moderno diante de uma ambigüidade: se, de um lado, o público aparece como moralmente inferior, como desprazer, por outro, a intimidade, que traria o prazer, provoca um estrangulamento emocional devido a seus rigores, a sua coerção, levando a uma compensação que se exercia por meio de uma mundanidade efêmera, afetada, nas cidades em polvorosa, praticada, majoritariamente, pela figura masculina. O quadro se agrava porque se esperava que o público, principalmente o Estado, desse conta dos problemas sociais e das demandas coletivas, o que não ocorreu, e o discurso em defesa do público, não mais convincente, foi sofrendo influência do discurso psicológico, de ordem privada. No século XX, o homem público teria declinado, conclui Sennett, e o imaginário privado teria se sobreposto ao público, gerando o personalismo, a prevalência do eu - características estas da chamada pós-modernidade. No século XIX, porém, as categorias privado e público convivem dialeticamente.

As sínteses sociológicas trazem indicadores relevantes para os estudos literários. Entretanto, sabemos que a literatura não trabalha com uma lógica condicionada e pode parecer que em certos momentos forçamos a tinta ao tentar elucidar pontos que poderiam ser tradutores da realidade social. Literatura e sociedade são sistemas distintos. A singularidade que os une está no fato de que o mesmo homem que constrói o primeiro integra o segundo, resultando disso uma mescla interpretativa que pode parecer às vezes radical para um lado, ou radical para o outro, já que a neutralidade é quase inatingível. A literatura expressa a sua realidade promovendo um jogo de representação de outras realidades. Através dos

textos ficcionais podem ser apreendidas algumas prováveis dinâmicas dos processos sociais, porque a literatura é um sistema que leva o leitor a conviver com realidades flexíveis e mesmo inexatas. Como analisa Watier, “a literatura é, sem dúvida, uma boa ilustração de um território de tipificações e de ações possíveis entre personagens. Ela diz o que se passou e, assim, nos oferece quadros a partir dos quais poderemos decifrar ou agir em outras situações”. (1997, p.29) Se a literatura promove um saber sobre uma dada realidade por meio dos mecanismos ficcionais, torna-se plausível então a inversão do processo: que a literatura e a crítica ampliem suas interpretações apropriando-se de instrumentos oferecidos pela realidade social.

Portanto, em *Senhora* podem ser encontradas diversas passagens em que o romance tensiona e flexibiliza a experiência histórico-social e ser percebido como se configurou o sistema intencional do autor, sem torná-lo rígido, na reconstrução de motivos e ações representados pelos personagens.

Indivíduos maus, sociedade ruim

Senhora tem seu enredo atravessado por três casas principais e cada uma delas expressa uma motivação ficcional. A história se passa na capital sede do Governo Imperial de D.Pedro II em momento de intensificação dos movimentos abolicionistas e republicanos.

O tema central da narrativa é o casamento. A abordagem alencariana sobre o assunto sofre uma curiosa evolução no romance: a relação dos dois protagonistas, Seixas e Aurélia, sai de um processo de degradação para uma redenção.

Com esse procedimento literário, Alencar faz uma crítica contundente ao mercado matrimonial, prática comum entre as famílias oitocentistas para a manutenção de privilégios e como forma de ascensão social. A sua crítica vem no sentido de salvar o casamento, segundo ele, a instituição com influência definitiva na formação do indivíduo. Este, bem instruído pela família, com uma ética firme, complementada pela moral da Igreja e do Estado, seria o agente fundamental para a consolidação de um sentimento patriótico e para o fortalecimento da nação recém-inaugurada.

O posicionamento de Alencar no que diz respeito a essa temática nos remete a Machado de Assis que, ao contrário de seu antecessor, invalida o casamento e a família, desconfia das instituições e não aposta no indivíduo, deixando este à mercê de seus

fantasmas existenciais, de uma memória fragmentada e de um ceticismo que impede qualquer ação mais ampla, qualquer compartilhamento mais profundo com o outro. É o caso de Dom Casmurro, cujos protagonistas Bento e Capitu invertem o percurso feito pelos personagens de *Senhora*: saem da redenção, do amor apaixonado e do sonho de união, para uma degradação do casamento, marcado por suspeita de traição e separação. A temática, o momento histórico e o enredo - que sustenta as ações dos personagens em três casas principais, determinando três momentos da narrativa - demonstram que há uma similaridade entre os dois romances, contudo para trazer resultados estéticos e suscitar interpretações bem distintas. Antonio Candido (1981), em paradigmático estudo sobre Alencar, afirma que “Aurélia pressagia Capitu”, o que abre para a percepção de níveis de aproximação e de diferenças entre os dois autores no que tange à produção literária e à maneira de conceber a sociedade sobre a qual ficcionalizaram.¹

Em *Senhora*, as casas são o lugar primordial para que as relações de âmbito privado se estabeleçam. Elas são uma via pela qual o enredo irá desenrolar-se e sobre a qual a realidade ficcional irá se sustentar. São três casas principais: a da rua do Hospício, a de Laranjeiras e a de Santa Teresa. O presente da narrativa se passa nas duas primeiras; em flash-back, o narrador se remete à última, onde são encontradas as causas das ações dos protagonistas. O mundo dos personagens de *Senhora* é autêntico, pois tanto a espacialidade quanto os costumes têm importância e são descritos minuciosamente e, por isso mesmo, podem ser identificadas as ações dos personagens socialmente.

A casa é motivação para Alencar contrastar presente-passado, masculino-feminino, pobreza-riqueza, interioridade-exterioridade, bem-mal, privado-público, indivíduo-sociedade, realidade-ficção, entre outras antíteses. O autor operacionaliza uma lógica dualista, em que uma parte se debate com a outra, apontando, contudo, para uma conciliação favorável ao homem e ao meio em que vive. O tensionamento dos opostos serve para extravasar o lado naturalmente ruim do indivíduo, que depois disso estaria pronto para atuar como chefe de família e membro da pátria, dois valores essenciais no imaginário social do século XIX.

A primeira menção à casa no romance

aparece como pretexto para apresentar o protagonista Seixas em sua privacidade, no sobrado da rua do Hospício. Homem de poucos recursos, pertence a um núcleo familiar modesto, composto por mãe viúva e duas irmãs. Apesar de não terem muitos recursos, os Seixas são proprietários de dois escravos. As mulheres da casa dedicam-se exclusivamente ao único homem do lar, cuidando de seus trajes, alimentação, conforto doméstico e guiando-se por suas opiniões e decisões. Com a responsabilidade de ser o chefe da família, sua situação reflete bem o modelo patriarcal próprio da sociedade brasileira. Os escassos vencimentos oriundos de cargo inexpressivo em uma repartição pública não conseguem propiciar a Seixas o padrão de vida que se esperava de um homem branco e livre nem mesmo a liderança de uma família estruturada em torno de sua figura. Ambicioso, amante da vida noturna, freqüentador assíduo dos bailes da Corte, endivida-se todo para manter uma fachada de homem rico, contando com a cumplicidade da mãe e irmãs, que vêem na ascensão do rapaz a saída para elas também. O serviço público, o dinheiro extra que recebe como escritor de folhetins e a poupança deixada pelo pai não conseguem sustentar o padrão burguês pelo qual optou, e a solução foi buscar uma mulher pertencente à elite para se integrar a um setor social mais favorecido. Consegue, assim, um casamento em condições vantajosas, abandonando a mulher que de fato amava - Aurélia - por outra mais rica, que oferecia um bom dote.

O dote foi um dos mecanismos criados pelas elites para a manutenção do modelo patriarcal. Este modelo baseia-se na família, que se fundamenta no casamento, de preferência “arranjado”, com combinações financeiras entre as partes, visando a ampliação do poder econômico das famílias envolvidas. Hegel, nos Princípios da filosofia do direito [1821], justifica racionalmente e moralmente o “casamento arranjado”, o que atendia aos interesses das classes burguesas européias. Havia também um outro tipo de acordo: mulheres de famílias abonadas ofereciam a homens livres, e em geral de poucos recursos e sem propriedades, uma quantia razoável de dinheiro aos pretendentes, proporcionando a integração dos mesmos a uma classe mais privilegiada.

Alencar, todavia, reage a esse tipo de arranjo, porque, como romântico, defende o amor como motor das famílias

bem constituídas. O narrador constrói um personagem de caráter duvidoso, que tem sua individualidade corrompida pela sociedade por almejar integrar-se a um setor burguês ascendente por meio de casamento negociado. Um dos valores da modernidade burguesa, além dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, está sendo também colocado em questão: o trabalho. A subida na escala social deveria se dar por um grande esforço individual e por meio de relações lícitas.

A cisão de Seixas - entre a opção de seguir um caminho mais árduo e inseguro e a de dar uma guinada em sua vida - é demonstrada esteticamente pela descrição minuciosa do interior da casa: um lar simples, cercado de móveis velhos, com paredes amareladas, cortinas poídas, em contraste com os objetos caros importados da Europa ("fínissimo chapéu claque do melhor fabricante de Paris; luvas de Jouvincor de palha", além dos charutos de Havana sobre a "mesquinha banca de escrever"). Sobre isto, o narrador afirma: "Um observador reconheceria nesse disparate a prova material de completa divergência entre a vida exterior e a vida doméstica da pessoa que ocupava esta parte da casa". (Alencar, 1996, p.36)

Seixas tinha uma postura nos espaços públicos e outra na privacidade. O lar servia de termômetro moral para evitar que sua individualidade fosse totalmente contaminada pelas condutas comprometedoras exercidas na mundanidade, daí a necessidade de ser santificado, um templo para a proteção dos horrores externos: "Foi assim que Seixas insensivelmente afez-se à dupla existência, que de dia em dia mais se destacava. Homem de família no interior da casa, partilhando com a mãe e irmãs a pobreza herdada, tinha na sociedade, onde aparecia sobre si, a representação de um moço rico." (Idem, p.41) O termo em destaque indica que na privacidade o indivíduo é verdadeiro, despoja-se de superficialidades; porém, no público, ele dissimula o que é para integrar-se à "boa sociedade". Os raros momentos em que o personagem reconhece a contradição de seu estilo sofisticado com as condições humildes da família são dissipados pelo espetáculo social do qual é um integrante e no qual cumpre um papel, representando o que não é para alcançar o que deseja ser. O narrador classifica esse tipo de postura de Seixas de "vegetação social", segundo ele, muito comum na época.

Em duas outras casas, concorrem o passado e o presente da narrativa. A milionária

Aurélia, em seus aposentos no palácio de Laranjeiras, convive com as lembranças de seu passado sofrido e pobre na casa de Santa Teresa. Devido à pobreza e falta de recursos de sua mãe viúva, foi obrigada pela mãe a expor a sua beleza à janela para encontrar um pretendente. A saída econômica e social para esse núcleo familiar sem uma figura masculina no comando seria que a jovem buscasse no casamento a manutenção do modelo patriarcal. Como Aurélia não tinha dote a oferecer, esperava-se que um homem de alma generosa se apaixonasse por ela. De fato, Seixas se interessou pela moça, mas o futuro que visualizou ao lado dela causou-lhe pânico: um estilo de vida modesto financeiramente, sem a chance de freqüentar saraus, jantares e espetáculos promovidos pelas elites. Diante disso, ele retira a proposta de casamento feita a Aurélia.

Entretanto, a literatura romântica brasileira, especialmente a alencariana, costuma fazer inversões abruptas para defender o que pensa. Aurélia enriquece repentinamente e, anonimamente, oferece um dote irrecusável a Seixas que, movido pela ambição, rompe o compromisso assumido com outra para obter um dote mais promissor ainda. A jovem milionária acaba comprando o rapaz para se vingar e transforma o relacionamento dos dois em uma guerra conjugal. Todavia, o casamento, como quer Alencar, redime o homem, e Seixas gradativamente promove uma mudança de caráter, restaurando a dignidade ameaçada e salvando a relação.

Considerações finais

Em *Senhora*, a espacialidade é indicadora de verossimilhança. Na casa da rua do Hospício, a pobreza do ambiente assemelha-se à pobreza de espírito do protagonista. Na casa de Santa Teresa, vê-se o passado sofrido da heroína que, ao se exibir na janela em busca de marido, percebe a malícia humana, o preconceito com os menos favorecidos, o poder do dinheiro. E, no palacete de Laranjeiras, em meio a festas requintadas, acontece um embate entre o casal levado às últimas consequências, mas que acaba em final feliz, já que os heróis pagam pelos seus erros e fazem novas opções.

Atravessando as três casas, há o dinheiro e sua "mediação maldita", ou pela ausência, ou pela presença, ou pelo excesso, ou pela falta. As famílias com menor poder aquisitivo são mostradas compactuando com a mercantilização de seus membros

e promovendo a infraestrutura necessária à representação exigida pelos grupos de maior poder econômico, para que se integrem a estes. Pode-se perceber o contraste entre a vida cotidiana dos lares, formadora e redentora, e a vida pública, corruptora do indivíduo. O narrador não quer ser isento nem conformista: o poder do dinheiro é decisivo, interfere no comportamento das pessoas, o que gera um mal social à base formadora da família.

O casamento move a história. Aurélia integra um setor social pobre e almeja o enlace e a constituição de uma família, articulando estratégias para realizar esse projeto. A trajetória de Seixas demonstra como a sociedade investia na figura masculina para a manutenção da tradição familiar e da ordem pública. Casar e ter uma família sob o comando de um homem significavam status social.

Entretanto, esse movimento crítico empreendido em *Senhora* e sua vinculação à forma causam uma variação de tom no romance que pode ser detectada no tratamento dado aos personagens periféricos. Estes, que traduziriam o local, o nacional, não problematizam o mundo, aceitam-no como ele é. Essa aceitação, como afirma Schwarz (1977), destoa do romance realista de Balzac, do qual Alencar importa o modelo. Os personagens centrais Aurélia e Seixas, especialmente a primeira, apresentam um "dilaceramento existencial" típico do romance oitocentista, que aspira à universalidade das questões humanas e dos ideais burgueses. Porém, é o tom universalizante que se choca com a falta de interferência no enredo dos personagens periféricos que marcam a localidade, deixando-os à margem da trama. Por conseguinte, o tom eloqüente do romance esbarra no quadro local, impondo um descompasso entre o peso formal e o social.

Tal desacordo não existe no modelo europeu, que procura representar globalmente a sociedade do século XIX, funcionando como uma máquina realista que destrói ilusões. A prosa de Alencar não mantém essa dicção única porque reverte os pressupostos: de um lado, a eloqüência do narrador que se quer crítica; de outro, a representação de uma estrutura social, familiar e localista que não se deixa afetar pelos preceitos morais preconizados pelo romancista. Portanto, a prosa realista do romancista adota uma postura que desdoa das circunstâncias locais.

A proposta de Alencar parece ser a

de criticar para transformar, para que as relações sociais de seu país sejam fincadas em laços sentimentais sólidos, que promovam uma tranqüilidade social que dilua as diferenças. A igualdade social passa pelo investimento no amor e nos elos familiares, dois fortes componentes que podem competir com os estragos provocados no indivíduo pela sociedade, pelo que é externo e estranho aos elos firmados na privacidade. A nação brasileira precisava de homens imbuídos de um espírito superior, e ele sabia que a subjetividade era no mínimo dual, tendia para o bem e para o mal, e em seu tempo parecia predominarem homens contaminados pelos males causados pelo mundo público. Porém, a mulher e a família poderiam fortalecer o lado bom, garantindo assim a formação de homens de caráter virtuoso que promoveriam o bem-estar social. O aspecto moral deve, então, neutralizar o lado negativo do social: os maus devem ser punidos, os bons recompensados e, se errarem, devem ser perdoados, caso se arrependam. A família é considerada a célula base da sociedade, idéia que se fortalece depois da Revolução Francesa, e que se torna também uma forma de regulação do social. Alencar, ao importar o modelo europeu de romance, traz junto com ele esse modelo burguês de família, idealizando-a, distanciando sua narrativa do solo social brasileiro.

Finalmente, o paradigma de José de Alencar é a manutenção de uma ordem iluminista que cristalice uma doutrina que evite os deslocamentos do indivíduo. E a literatura é parte desse processo formador para se viver em sociedade. Seu romance é, portanto, um experimento para o exercício ético; é um investimento em uma moral que promova a coesão social.

Nota

¹ Sobre a comparação dos referidos romances de José de Alencar e Machado de Assis, ver: MATTA, Carmen da. Representações da casa em Senhora e Dom Casmurro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, março, 1998.

Bibliografia

ALENCAR, José de. Senhora. São Paulo: Ática, 1997.
ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. In: Obras completas. 32 v. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W.M.Jackson Inc. Editores, 1944, vol.7.
BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da his-

tória. In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.222-232.

CANDIDO, Antonio. Os três Alencares. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

DaMATTA, Roberto. A casa e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FREYRE, Gilberto. José de Alencar - Renovador das letras e crítico social. In: ALENCAR, José de. Romances Ilustrados de José de Alencar. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, p.x-xxvi.

_____. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_____. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Record, 1990.

NOVAES, Fernando A. (org.). História da vida privada no Brasil. 2v. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

PAES, José Paulo. Para uma pedagogia da metáfora. In: Poesia sempre, n.8. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, jun. 1997.

PERROT, Michelle (org.) et al. História da vida privada, 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

WATIER, Patrick. Conhecimento comum e saber sociológico. Logos: Comunicação e Universidade, n.6. Rio de Janeiro: LED/FCS/UERJ, 1997, p.24-30.